

3.2 — Outras funções:

Membro do júri do concurso para 1.000 Inspetores Tributários (estágio de 2014)

Designado para o grupo de trabalho sobre a desmaterialização e submissão do Dossier Fiscal

Conceção, planeamento e execução de projetos de inspeção e participação em inquéritos judiciais

Participação numa ação de cooperação administrativa intracomunitária/controlo multilateral realizada em Espanha (Programa FISCALIS)

Perito da Fazenda Pública em Comissões de Revisão nas D. F. de Bragança e de Lisboa

Nomeado como perito em matérias fiscais em julgamentos

Nomeado para o cargo de Chefe de Finanças Adjunto de nível 1 do Serviço de Finanças de Torres Vedras 2 (cargo que, por opção, não veio a tomar posse)

4 — Formação Profissional:

4.1 — Enquanto Formador

Formador interno e externo no âmbito do sistema E-fatura e do Regime dos Bens em Circulação — Doc. Transporte

Formador de Contabilidade Geral

4.2 — Enquanto Formando

Frequência de mais de 400 horas de formação em enumeras matérias fiscais e contabilísticas, designadamente: Preços de Transferência, Sigilo Bancário, Mercados Financeiros, Técnicas de Inspeção assistidas por

computador, Procedimentos e Metodologias da Inspeção Tributária, Convenções para evitar a Dupla Tributação, Comparência em Tribunal e Impostos sobre o Rendimentos, Despesa e Património

Frequência de diversas ações de formação sobre aplicações informáticas, nomeadamente Excel, Word e Data Warehouse

209317944

Despacho n.º 2100/2016

Por ter sido publicado em duplicado procede-se à anulação do Despacho n.º 940/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 13, de 20 de janeiro de 2016.

25 de janeiro de 2016. — O Chefe de Divisão, *Manuel Pinheiro*.

209317863

Serviços Sociais da Administração Pública**Aviso n.º 1619/2016****Lista unitária de ordenação final relativa ao procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 12955/2015**

1 — Nos termos dos n.ºs 4 e 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual, notificam-se os candidatos da lista unitária de ordenação final homologada por meu despacho de 29/01/2016:

	Nome do candidato	Resultado final
1.º	Sara Margarida Correia Henriques	18,90
2.º	Elsa Cristina Cabaceira Ablu Heitor	17,12
	Ana da Conceição Sousa Pinheiro	Excluída por falta de comparência à prova de conhecimento.
	Ana Margarida Vicente Fernandes	Excluída por falta de comparência à entrevista profissional de seleção.
	Ana Sofia Mealha Afonso Cortes	Excluída por ter obtido nota inferior a 9,5 na prova de conhecimentos.
	José João Marques Monteiro	Excluído por ter obtido nota inferior a 9,5 prova de conhecimentos.
	Lígia Maria Santos Rodrigues	Excluída por falta de comparência à prova de conhecimentos.
	Olga Maria Rosa Simões Onofre	Excluída por ter obtido nota inferior a 9,5 na prova de conhecimentos.
	Sara Dias Correia Filipe	Excluída por falta de comparência à prova de conhecimentos.

2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual, da homologação da lista de ordenação final pode ser interposto recurso para S. Ex.ª a Senhora Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, no prazo de 30 dias — artigo 193.º do Código do Procedimento Administrativo.

29 de janeiro de 2016. — O Presidente, *Humberto Meirinhos*.

209317611

cada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 11 de janeiro de 2016.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

11 de janeiro de 2016. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

Nota Curricular

Paulo Jorge Lagarto Pires nasceu em Lisboa a 15 de março de 1967. Licenciou-se em História na Universidade de Lisboa em 1989, tendo frequentado o curso de post-graduação em Filosofia no Pontifício Angelicum Colegium em Roma. Fez ainda uma formação em comunicação de crise com a ONG Green Peace.

De 2013 até 2016 foi assessor para as relações institucionais e com a CPLP na empresa pública, Navegação Aérea de Portugal. Foi ainda adjunto dos Ministros do Equipamento nos XVIII, XVII e XIV Governos Constitucionais e do Secretário de Estado da Cultura no XIX Governo Constitucional.

De 2000 a 2007 foi diretor de comunicação da NAV-Portugal e de 1985 a 1990 foi professor de História no Instituto Militar dos Pupilos do Exército.

209316997

Despacho n.º 2102/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 janeiro, designo, para o exercício das funções de adjunto do meu Gabinete, o Mestre Luís Miguel Oliveira dos Reis, quadro do Ministério da Educação.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 18 de janeiro de 2016.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

18 de janeiro de 2016. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

DEFESA NACIONAL**Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional****Despacho n.º 2101/2016**

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 janeiro, designo, para o exercício das funções de adjunto do meu Gabinete, o licenciado Paulo Jorge Lagarto Pires, técnico superior do quadro da empresa pública Navegação Aérea de Portugal — NAV Portugal, E. P. E..

2 — O membro designado opta pelo estatuto remuneratório de origem ao abrigo do n.º 8 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

3 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pelo respetivo serviço de origem, nos termos do n.º 12, do artigo 13.º, do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, mantendo o designado direito aos abonos e demais regalias sociais correspondentes ao lugar de origem, designadamente o subsídio de refeição, seguro de saúde, serviço médico permanente e acesso aos serviços de saúde ocupacional da empresa, a suportar pela Navegação Aérea de Portugal — NAV Portugal, E. P. E..

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publi-